

A. I. N° - 022198.0323/04-0
AUTUADO - EDMUNDO GUIMARÃES JÚNIOR
AUTUANTES - LUIZ GONZAGA SOUZA VAZ e JOSÉ CÍCERO DE FARIAS BRAGA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 28.09.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0345-02/04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR PESSOA NÃO INSCRITA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. Descaracterizada a infração em razão da comprovação que houve utilização incorreta dos dados do comprador por parte do remetente das mercadorias Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 26/03/2004 pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para exigência de ICMS no valor de R\$ 329,91 mais a multa de 60%, sob acusação da falta de antecipação tributária, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre as mercadorias adquiridas para comercialização através da Nota Fiscal n° 013115, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia, conforme Termo de Apreensão e Documentos às fls. 05 a 10.

Foram dados como infringidos os artigos 125, II, “a”, 149, 150 e 191 combinados com os artigos 911 e 913, do RICMS/97, com aplicação da multa prevista no artigo 42, II, “d” da Lei n° 7.014/96.

O autuado no prazo regulamentar, em seu arrazoado defensivo constante às fls. 15 a 16, alega que houve equívoco do fornecedor, que ao emitir a nota fiscal que acompanhava a mercadoria utilizou nos dados do destinatário seu nome e CPF, quando deveria ter consignado os dados cadastrais; CNPJ n° 04.621.118/0001-98 e IE n° 56.016.057 ME, em virtude da compra ter sido realizada pela empresa Irmãos Guimarães Ltda, da qual figura como sócio titular.

Informou que a empresa que realizou a venda das mercadorias reconheceu o seu erro e enviou a Nota Fiscal n° 013230 correta para ser escriturada em seus livros fiscais, sendo anexada ao recurso defensivo cópia da referida nota, e outras notas fiscais de compras realizadas na mesma empresa, colocando à disposição do Fisco seus livros para comprovar sua regularidade com o pagamento do ICMS (docs. fls. 17 a 19).

Por fim, argumentando que comprovou o erro da empresa remetente das mercadorias, requer a improcedência da autuação.

Na informação fiscal prestada por outro preposto fiscal, conforme documentos às fls. 23 e 24, a informante opinou pela improcedência da autuação por entender que realmente houve equívoco da

empresa remetente, pois na nota fiscal constante à fl. 17 consta os dados da empresa da qual o autuado é sócio, e que embora não faça menção à nota fiscal à fl. 08, está evidenciado que as mercadorias e quantidades descritas nos dois documentos são idênticos, aliado ao fato de que o autuado é sócio de empresa inscrita, e anteriormente adquiriu mercadorias no mesmo fornecedor (fls. 18 e 19).

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir do autuado a antecipação tributária do ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente à aquisição das mercadorias da empresa Vakko Confecções Ltda, situada na cidade São Paulo/SP, conforme Nota Fiscal nº 013115 (doc. fl. 08) emitida em 24/03/04, em virtude do mesmo não se encontrar inscrito no cadastro de contribuintes do ICMS da SEFAZ.

Tendo em vista que realmente o autuado não figurava no Cadastro de Contribuintes do ICMS da SEFAZ, foi correto o procedimento dos prepostos fiscais em exigir a antecipação tributária sobre as referidas mercadorias, nos termos do artigo 125, II, “a”, do RICMS/97.

Contudo, considerando que a empresa remetente emitiu a Nota Fiscal nº 013230, datada de 22/04/04, em substituição a nota fiscal acima citada, embora não faça referência que se trata de substituição da nota fiscal objeto da autuação, mesmo assim, acato o opinativo do preposto fiscal que prestou a informação fiscal no sentido de que restou comprovado o erro da empresa remetente, haja vista que está evidenciado nela que as mercadorias e quantidades descritas são idênticos nos dois documentos fiscais.

Nestas circunstâncias, tratando-se de contribuinte microempresa inscrita no SIMBAHIA que anteriormente realizou compras na mesma empresa, e encontra-se em dia com suas obrigações fiscais, concluo que o autuado não deve ser penalizado pelo equívoco cometido pelo fornecedor das mercadorias objeto da autuação, impondo a insubsistência da ação fiscal.

Ante o exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **022198.0323/04-0**, lavrado contra **EDMUNDO GUIMARÃES JÚNIOR**.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de setembro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA